

PRESIDÊNCIA EM BALANÇO

Manuel Lobo Antunes

O termo «balanço» tem conotações contabilísticas. À partida, não inspira nem empolga, mas a verdade é que a prestação de contas é um exercício necessário da acção política, fundamental para a sua credibilidade.

Tendo em conta a apreciação geral e pública, pelos parceiros europeus e pela imprensa, e sem cair na tentação do auto-elogio, mas também sem falsas modéstias, este é um balanço que me dá gosto fazer, não o escondo.

Todos os grandes objectivos que traçámos foram alcançados nestes seis meses, e tivemos ainda direito a alguns «brindes».

Uma palavra, antes de mais, para a diplomacia portuguesa, abrangendo todos os seus diplomatas, funcionários técnicos, administrativos e pessoal contratado. Por vezes incompreendida, a diplomacia portuguesa provou mais uma vez (como já havia acontecido, por exemplo, ao longo da solitária luta pela autodeterminação de Timor-Leste e nas anteriores presidências comunitárias) que é capaz de assegurar ao nosso país, sem grande alarde mas com indiscutível competência, o lugar que lhe pertence por direito próprio no sistema internacional, em virtude da sua história, da sua língua e da sua cultura. E esse é um lugar – como várias vezes tenho dito – que em muito excede a nossa dimensão económica e demográfica.

Importa notar que, em virtude das conhecidas restrições financeiras, nesta presidência o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) contou no seu quadro com menos funcionários do que na presidência de 2000 – ou seja, menos diplomatas para mais estados-membros e uma agenda extraordinariamente carregada. Nada disto se fez sem esforço e dedicação, sem planeamento prévio e rigorosa execução, sem muitas horas extraordinárias (não remuneradas para os funcionários do MNE) e muitos fins-de-semana perdidos.

Concorde-se ou não na avaliação política dos resultados obtidos, há, porém, algo que se exige: o respeito pelo sentido de serviço público e de trabalho dos que fizeram esta presidência; da segurança e logística à parte político-diplomática, todos deram o seu melhor.

Vale a pena trabalhar e fazer bem. Não sou truculento por natureza nem por ofício, mas admito que me deu muita satisfação ver contrariados alguns renomados especialistas nacionais do diagnóstico negativo, daqueles que vivem instalados no conforto e na facilidade do cinismo, e que estão sempre disponíveis para dizer que, em Portugal, nada vale a pena.

Pois eu acho que valeu a pena.

Debruçar-me-ei com mais detalhe naquela que era a grande prioridade da presidência portuguesa, em que estive mais directamente envolvido: a negociação de um novo tratado para a União Europeia (UE), tornando a sua acção mais eficaz, democrática e transparente.

Foi a Conferência Intergovernamental (CIG) mais rápida da história da UE. Iniciou-se a 23 de Julho e terminou a 19 de Outubro. O tratado foi assinado a 13 de Dezembro, na cidade por cujo nome ficou oficialmente conhecido, Lisboa. O acordo alcançado na Conferência Intergovernamental, a nível de chefes de Estado e de Governo da UE, que teve lugar em Lisboa, a 19 de Outubro de 2007, encerrou um longo ciclo do debate centrado sobretudo sobre as questões institucionais, que se arrastava praticamente desde 2000.

Uma breve palavra em resposta àqueles que dizem que a presidência portuguesa foi apenas a barriga de aluguer para um tratado todo ele preconcebido pela presidência alemã. É verdade que recebemos um mandato extraordinariamente preciso e detalhado, tal como havíamos aliás exigido. Esse mérito cabe indiscutivelmente à Alemanha, que fez sentir o seu peso e assumiu com ambição as suas responsabilidades, no momento em que tal se impunha. Mas, para sermos rigorosos, transformar um mandato num tratado não é um exercício isento de riscos, nem jurídicos nem políticos. E o facto é que tudo correu dentro dos prazos e da estratégia negocial delineada pela presidência portuguesa. Boa parte dessa estratégia passava por «despolitizar» a negociação, avançando tão rápido e tão longe quanto possível a nível técnico, prevenindo que exóticas ideias ou propostas pudessem florescer, isolando e deixando para o fim os problemas mais difíceis, aqueles que exigiriam negociações bilaterais, com intervenções a nível político por parte da presidência e dentro da discricção que se impunha. Era fundamental evitar a publicitação e mediatização das diferenças, já que, se tal acontecesse, essas diferenças tenderiam a cristalizar-se, a agravar-se, sobretudo num cenário de grande pressão política interna que enfrentavam alguns dos parceiros. A verdade é que havia algumas pontas soltas. A negociação com os britânicos sobre os *opt-outs* em matérias de Justiça e Assuntos Internos (área em que o mandato da CIG era particularmente vago) foi extremamente complexa. Quanto às pretensões polacas relativamente ao Compromisso de Ioannina, sempre antecipámos que estas teriam de ser resolvidas ao mais alto nível político, na parte final da negociação. Mas a solução não surgiu num estalar de dedos. Foi cuidadosamente preparada pela presidência (com a ajuda dos Serviços Jurídicos do Secretariado-Geral do Conselho, é da

mais elementar justiça reconhecer), em contactos bilaterais confidenciais nas semanas e dias que antecederam a Cimeira de Lisboa. Finalmente, entre outros temas, como o do número dos advogados-gerais junto do Tribunal de Justiça (que implicou também diligências discretas) ou a questão dos estudantes estrangeiros nas universidades austríacas, ou mesmo o da tradução para o alfabeto búlgaro da palavra «euro» (assunto politicamente sensível para aquele país), também a questão da repartição dos eurodeputados, na sequência da proposta aprovada no Parlamento Europeu (PE) a dias da cimeira, e que a Itália recusava veementemente. Apesar de alguns momentos de tensão e de apreensão, lográmos o acordo na data prevista.

A Europa não podia continuar enleada numa infundável introspecção institucional. O Mundo lá fora não espera. As expectativas da grande maioria dos cidadãos europeus não podiam continuar sem resposta. Um novo fracasso ter-nos-ia provavelmente precipitado numa crise política e psicológica sem precedentes.

Vejo este tratado como um dos mais importantes da história da UE. Porque foi justamente um dos mais difíceis compromissos de obter, numa fase crítica do seu crescimento, em questões tão delicadas como a repartição do poder. Não foi por acaso que demorámos tanto tempo para aqui chegar. Mas também não foi por acaso que esta foi a CIG mais rápida da história da UE. No fim prevaleceu um sentimento de urgência partilhado, de solidariedade em nome de um desígnio comum: a construção da nossa casa europeia, sem a qual estaremos condenados à irrelevância estratégica neste mundo globalizado.

A Europa também é feita de emoções. É um projecto humano, uma das mais extraordinárias obras que os povos europeus edificaram, com a particularidade de o terem feito em conjunto, em nome da paz, da liberdade e da prosperidade partilhadas. Por vezes esquecemo-nos do essencial, e o essencial é isto: a Europa não é uma conspiração de burocratas alheados dos cidadãos; quem toma decisões em Bruxelas são os representantes democraticamente eleitos desses mesmos cidadãos, em defesa dos interesses das pessoas que representam. Vivemos em democracias representativas, e esta é uma verdade democrática que importa sublinhar, em especial agora que temos pela frente o processo de ratificação do Tratado em toda a UE. Estamos cada vez mais ligados na construção de um futuro comum, a interdependência das nossas vidas democráticas reforçou-se. Nenhum dos estados-membros da UE pode dar-se ao luxo de se comportar como uma ilha política, mesmo aqueles que são geograficamente ilhas.

A defesa dos nossos interesses nacionais passa inevitavelmente por contribuir para o avanço dos interesses comuns da Europa. Foi isso que tentámos fazer ao longo da nossa presidência, e em particular através da obtenção de um acordo sobre o Tratado de Lisboa.

Estabelecidas as indispensáveis condições institucionais, a Europa está agora em plenas condições de dar novas respostas políticas colectivas aos desafios de hoje, como a globalização económica, as alterações climáticas, a energia e as migrações.

Porém, este tratado por si só não assegura a salvação colectiva da Europa. Muitas das suas soluções terão agora de ser testadas, nomeadamente no âmbito da nova arquitectura institucional. Estou a pensar na nova figura do presidente do Conselho Europeu, e no modo como este se articulará com o presidente da Comissão e o Alto-Representante para a Política Externa. Portugal estará sempre entre aqueles que defenderão o papel absolutamente central da Comissão na arquitectura institucional europeia.

Um tratado é um mero instrumento jurídico, não se substitui à vontade política de ir mais além, em conjunto, através de novos projectos que traduzam vantagens palpáveis na vida dos cidadãos europeus. Sem dúvida que persistem muitos domínios em que as respostas políticas devem ser dadas no estrito âmbito nacional, mas outros há em que só respostas conjuntas ou coordenadas, numa lógica de coesão e solidariedade europeia, poderão ser eficazes.

Na frente externa, e tal como nos havíamos proposto, Portugal voltou a demonstrar que constitui uma mais-valia importante para a UE, inaugurando uma relação institucional de alto nível com o Brasil e repondo nos carris o diálogo político entre a UE e a União Africana.

Temos um capital histórico que porventura nenhum outro país da nossa dimensão dispõe. A língua portuguesa é a sexta mais falada no Mundo (e a terceira da Europa Ocidental, logo a seguir ao inglês e ao espanhol).

A Cimeira UE-Brasil justificava-se plenamente, dado que o Brasil é um parceiro estratégico incontornável da UE. Tratava-se de preencher uma lacuna, visto que a UE já mantinha um relacionamento deste nível com todos os BRIC, excepção feita ao Brasil. Foi com naturalidade e até com gosto que assumimos a responsabilidade de construir esta ponte necessária entre a UE e o Brasil. Recordo-me de pensar, ao assistir à conferência de imprensa final da cimeira, e ouvindo o Presidente Lula, o primeiro-ministro Sócrates e o presidente da Comissão, Dr. Durão Barroso, todos eles a falarem em português, que a presidência não poderia ter tido um melhor início.

A realização da Cimeira UE-África era uma questão de convicção, e não de uma mera ânsia de visibilidade através da realização de uma cimeira. O interesse estratégico europeu de manter um diálogo de alto nível com o continente africano no designado «mundo globalizado», justificava plenamente, e porventura ainda mais urgentemente do que em 2000, o risco e os nossos esforços – e também dos nossos parceiros, europeus e africanos. Lamento, sinceramente, que tenha sido necessário esperar sete anos e mais uma presidência portuguesa para se apostar de novo no diálogo de alto nível com África. No limite, esta realidade demonstra, porventura, uma certa indiferença europeia em relação a África. Outros não esperam e beneficiam da apatia europeia, como bem sabemos.

É evidente que a realização de cimeiras não deve ser um objectivo que se esgota em si, constituindo uma *photo opportunity* e um alibi para a resolução dos verdadeiros

problemas. Essa é uma crítica fácil. Os problemas mais graves não se resolvem sem impulsos políticos ao mais alto nível, através do diálogo franco com aqueles que detêm o poder. Se levássemos ao limite esta doutrina pseudomoralista e insensata de não falar com ditadores, então mais valia, por exemplo, boicotar as Nações Unidas. Sejam razoáveis e realistas. O Mundo em que vivemos está longe de ser perfeito e justo, mas, no meu entender, só pode ser mudado para melhor através do diálogo e, quando necessário, da crítica pública. É simplesmente demagógico dizer que abdicámos dos nossos princípios ao convidar todos os líderes africanos. Robert Mugabe, por exemplo, veio a Lisboa, é certo, e aqui ouviu, dos seus pares europeus, o que não desejava nem está habituado a ouvir, sobretudo para quem, como ele, gosta de se apresentar como um *freedom fighter*. De resto, convenhamos, a sua passagem pela nossa capital passou razoavelmente despercebida e de nenhuma forma fez a cimeira sua refém.

Portugal deverá agora saber retirar dividendos diplomáticos destas pontes que ajudou a criar, reforçando a credibilidade da sua imagem externa. Estou a pensar, por exemplo, na eleição como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biénio 2011-2012.

Seria longo e fastidioso abordar em detalhe tantas outras matérias que foram negociadas durante a presidência portuguesa, mas aqui fica um registo, em termos sucintos, de alguns temas e progressos marcantes:

- A *Carta dos Direitos Fundamentais* da UE foi solenemente proclamada a 12 de Dezembro, em Estrasburgo, pelos presidentes das três instituições. A Carta entrará em vigor ao mesmo tempo que o Tratado de Lisboa e será juridicamente vinculativa.
- O CE acordou quanto ao «*consenso renovado*» sobre o alargamento. Foram abertos dois capítulos de negociação de adesão com a Turquia e quatro com a Croácia.
- O CE reiterou que o futuro dos *Balcãs Ocidentais* está na UE; o Acordo de Estabilização e Associação (AEA) com o Montenegro foi assinado à margem do CAGRE de Outubro; o CE realçou a importância da Sérvia no contexto da estabilidade da região, incentivou o país a preencher as condições necessárias para a assinatura do AEA e manifestou a sua confiança em que possa ser acelerado o processo de aproximação da Sérvia à UE, incluindo o reconhecimento do estatuto de país candidato.
- *Declaração sobre a Globalização*, aprovada no CE de Dezembro.
- A *Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego* foi um domínio de acção prioritário, sobretudo tendo em vista a *preparação do próximo ciclo da Estratégia de Lisboa*, a ser aprovado na Primavera de 2008.
- *Flexissegurança*: alcançado acordo sobre os «*princípios comuns de flexissegurança*».
- Acordo para a criação do *Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (IET)*.
- Acordo no sector postal: liberalizar totalmente os serviços postais na UE, a partir de 31 de Dezembro de 2010.

- Adoptada uma decisão integrada sobre o Programa Galileo, que inclui o seu financiamento, governação e contratação pública.
- O CE lançou as bases para uma nova política marítima integrada europeia.
- Obtenção de acordo sobre a reforma do sector do vinho.
- Obtido o acordo político sobre a reestruturação do sector do açúcar e a alteração ao actual quadro legal único para o Financiamento da PAC.
- Alargamento do Espaço Schengen a nove dos novos estados-membros, concretizando a livre circulação de pessoas na Europa. O «SISone4ALL» permitiu a estes estados-membros aceder, desde 1 de Setembro 2007, ao Sistema de Informação Schengen (SIS), e abolir os controlos nas fronteiras internas da UE a partir de 21 de Dezembro.
- Avanços significativos na concretização da «Política Europeia Global em matéria de Migrações», com destaque para a primeira reunião ministerial Euromed Migrações, e na consagração de uma agenda migratória no relacionamento com África, através da Estratégia Conjunta e Plano de Acção, aprovados na segunda Cimeira UE-África. No plano interno da UE, foi lançado um debate sobre a imigração legal.
- Luta contra o terrorismo – designação de um novo coordenador da UE de luta contra o terrorismo e dinamização da luta contra a radicalização e recrutamento de jovens.
- Justiça – Dia Europeu contra a Pena de Morte; acordo sobre a protecção de dados pessoais no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal; prosseguimento dos trabalhos na área da Justiça Electrónica (E-Justice).
- Região mediterrânica: realizados múltiplos encontros ministeriais, de natureza quer política quer económica, nomeadamente um sobre migrações – o primeiro realizado com os parceiros do Sul do Mediterrâneo sobre este tema.
- Estabelecimento de uma Parceria estratégica entre a UE e Cabo Verde e adopção do respectivo Plano de Acção.
- Conclusão das negociações relativas aos Acordos de Parceria Económica intercalares com a grande maioria dos países ACP, permitindo que os fluxos de comércio destes países para a UE não viessem a ser interrompidos em Janeiro de 2008.
- Aprovação do Protocolo de alteração ao Acordo sobre Propriedade Intelectual da OMC: viabilizará a utilização de licenças para produzir e exportar para os países em desenvolvimento medicamentos patenteados necessários, nomeadamente, ao combate à sida e à tuberculose.

De todo este balanço parece-me legítimo concluir que fomos fiéis ao mote da nossa presidência e que, feitas as contas, ajudámos a construir uma União mais forte para um Mundo melhor. *RI*